

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 31 No. 1 2018

RESUMO DE TESES E DISSERTAÇÕES
THESIS OR DISSERTATION ABSTRACT
RESUMEN DE TESIS O DISERTACION

A BORDA DO MAR COMO UM LUGAR CULTURAL:
ARQUEOLOGIA DE PRAIAS E A DIALÉTICA ÉTNICO-MARÍTIMA DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL NO SÍTIO DA PREGUIÇA, SALVADOR/BAHIA¹

THE SEASHORE AS A CULTURAL PLACE:
ARCHAEOLOGY OF BEACHES AND THE ETHNO-MARITIME DIALECTICS OF
THE INTANGIBLE HERITAGE OF PREGUIÇA SITE, SALVADOR/BAHIA

EL BORDE DEL MAR COMO UN LUGAR CULTURAL:
ARQUEOLOGÍA DE LAS PLAYAS Y LA DIALÉTICA ÉTNICO-MARÍTIMA DEL
PATRIMONIO INMATERIAL EN EL SITIO DE LA PREGUIÇA,
SALVADOR/BAHIA

Luciana de Castro Nunes Novaes²

Compreender um sítio arqueológico pelo viés imaterial é revogar a premissa fundamental da ciência moderna em que o conhecimento é sustentado pela linguagem escrita e materializada. O estudo do cotidiano urbano de populações negras no passado da cidade de Salvador precisa ter em vista epistemologias não ocidentais. Essa alteração investigativa permite um melhor enfoque para contextos de sociedades estratificadas racialmente, escravocratas, de características urbanas e coloniais.

A imaterialidade não é somente produto do passado enquanto dado a ser recuperado, mas encontra-se na própria ótica da investigação sobre a escrita das materialidades. O passado, ao estar liberado da escavação, permite o enfoque de outros

¹ Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe em julho de 2017 sob orientação do Prof. Dr. Gilson Rambelli. A pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2013-2017).

² Doutora e Mestra em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Católica de Salvador. Mergulhadora científica (NAUI/BR) e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA/UFS). email: luciana.dcn@gmail.com.

referenciais culturais não enterrados no solo, avançando nos estudos arqueológicos de memórias, paisagens, línguas e tecnologias. A tese teve por objetivo principal identificar a praia como um lugar cultural com base no Decreto nº3551/2000 e problematizar a dialética étnico-marítima na formação do patrimônio imaterial de um determinado sítio histórico; o sítio da Preguiça na cidade de Salvador.

Este estudo é resultante da minha participação no Salvamento Arqueológico Subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (2011). A pretensão pós-conclusão do Salvamento consistiu em verificar contingências materiais e imateriais sobre a praia da Preguiça não contempladas pela narrativa do contrato.

Segundo o IPHAN, o sítio arqueológico encontra-se no “bairro da Praia, como era chamada a Cidade Baixa” e é parte formativa do “primeiro zoneamento habitar-trabalhar com curta distância ou nenhuma, entre as duas funções” pertencente ao Império Ultramarino da América Portuguesa no século XVI. Para tanto, a escrita da tese esteve refletida pelo interesse em 1. Identificar a praia enquanto lugar cultural, atentando para as dinâmicas materiais e intelectuais em uma cidade histórica e portuária; 2. Discutir sobre os modos de saber e os modos de fazer de pessoas africanas e afro-brasileiras na praia da Preguiça na virada do século XVIII-XIX da cidade de Salvador; 3. Compreender processos de objetivação social na praia da Preguiça através da interface entre ordenamento jurídico e a formação da paisagem marítima; 4. Analisar estratégias de produção de conhecimentos marítimos na esfera colonial e de determinados poderes locais; e, por fim, 5. Contribuir com estudos descoloniais, afro-centrados, regionais e de gênero no âmbito da Arqueologia Histórica.

A África Centro-Occidental, desde a costa de Cabinda e Loango até Angola, foi responsável pela maior parte dos escravos exportados para a América até o último quartel do século XVIII e por uma parcela importante nas décadas subsequentes. Paul Lovejoy apresenta o número de 3,1 milhões de pessoas que foram embarcadas somente dessa região para abastecer o comércio transatlântico e o comércio islâmico. São nos fluxos migratórios; 1. sertão africano/litoral africano, 2. litoral africano/litoral brasileiro e 3. litoral brasileiro/sertão brasileiro como de seus refluxos reversos, que os conteúdos culturais são transformados em movimento e que áreas portuárias se configuram como pólos de produção e difusão de saberes.

A escrita da área portuária da cidade de Salvador é o contraste entre o corpus documental – relatório de salvamento, pesquisa etno-histórica, antropologia histórica – e as evidências edificadas do arqueológico sítio da Preguiça (propriedades públicas e privadas) e da paisagem marítima que o compõe. Para os documentos primários, destaque para as cartas escritas pelo historiador/cronista Luis dos Santos Vilhena para Don João VI entre 1798 e 1799 sobre a cidade de Salvador no século XVIII, os avisos sobre fuga, venda, compra, aluguel e concessão de escravos com ofício especializado do primeiro jornal da Bahia de nome Gazeta Idade D’Ouro, com recorte para o Bairro da Praia e o sítio da Preguiça entre os anos de 1811 a 1819. Acrescenta-se, ainda, a narrativa sobre a formação do ordenamento jurídico colonial e contemporâneo sobre praia, propriedade, patrimônio e meio ambiente.

O capítulo 1, intitulado “Arqueologia nas bordas do mar”, apreende a Baía de Todos os Santos através da discussão autoral da escrita e produz trânsitos conceituais e metodológicos entre praia e Arqueologia de Ambientes Aquáticos compreendendo o pensamento arqueológico enquanto construção social e ferramenta política de aplicação no presente histórico. Ao fim do capítulo é apresentada a narrativa sobre o caminhar crítico realizado no sítio arqueológico da Preguiça problematizando cidade e patrimônio, processos de revitalização e cotidiano de consumo de crack na

ladeira da Preguiça.

Como modo de aprofundar o escopo teórico sobre o imaterial em relação a sua historiografia, o capítulo 2, intitulado “Quando a Arqueologia mergulha em um mar imaterial”, apresenta colapsos interdisciplinares para resolver um problema de área evidenciada pela dicotomia entre material/imaterial e suas relações de poder. Reivindica-se o lugar da Arqueologia nos estudos do imaterial e propõe-se a abertura de possibilidades teórico-metodológicas sobre o tema. Posteriormente, aprofunda as bases reflexivas de como realizar uma arqueologia de praias através do confronto de interpretações sobre o passado a partir do presente histórico.

Para assegurar a conversação com o escopo jurídico em arqueologia feita em ambientes aquáticos, o capítulo 3, nomeado “O ordenamento jurídico da praia e o sítio da Preguiça”, apresenta o aparato legal que fundamenta a proteção da praia enquanto bem público, as diferenças normativas entre praia e terreno de marinha, como também as superposições históricas e semânticas. Em seguida apresenta o Bairro da Praia e o sítio da Preguiça, diante suas particularidades políticas, instituições religiosas, marcos urbanos, relações sociais multissituadas, discorrendo sobre principais recorrências no contraste das fontes. Por fim, é dado enfoque para o consumo da água e o descarte de lixo na beira da praia de Salvador colonial.

Por seguinte, o capítulo 4, “A paisagem marítima do sítio da Preguiça”, situa o caso focal das quitandas e do trabalho no espaço público através do ordenamento espacial do Bairro da Praia e do sítio da Preguiça, com interesse em acessar os cantos e encruzilhadas do sítio e das respectivas camadas de memórias étnicas de procedência e solidariedade que formam a paisagem marítima da Cidade Baixa. Ainda apresenta situações de trabalho feminino na área portuária da Baía de Todos os Santos e práticas de autonomia e produção intelectual no universo urbano da atividade de ganho.

Posteriormente, o capítulo 5, “Quitandas e o movimento da ação na praia da Preguiça”, problematiza o estudo do patrimônio imaterial através de uma análise mais profunda sobre a quitanda [kitanda] da praia da Preguiça. Os aportes históricos e linguísticos que constituem essa tradição de comércio de rua realizada por mulheres negras em longa duração, escravas e livres são lidas e identificadas na escrita do sítio da Preguiça a partir de conteúdos e aportes Congo-Angola em detrimento ao nagocentrismo presente na escrita sobre as populações afro-diaspóricas. Essa contestação esteve baseada na importância da palavra falada Kimbundu de origem bantu e de suas relações infralinguísticas na composição de cotidianos de vida e de trabalho. Foi dedicada atenção para outras propriedades intelectuais afro-centradas que contribuíram com a tradição comercial, urbana e marítima de Salvador.

De caráter conclusivo, foi diagnosticado a partir da tensão entre os limites territoriais do sítio arqueológico da Preguiça que rotas diaspóricas de deslocamento forçado de africanas e africanos consolidaram-se no interior da malha urbana da cidade de Salvador por meio da circulação de pessoas e capitais simbólicos entre distintas freguesias e proprietários. Esse é um dado de referência para alargar o conhecimento sobre presença africana e negra na dinâmica comercial e habitacional de cidades históricas. Casos de aluguel e concessão de escravos para a construção de empreendimentos no Bairro da Praia, incluindo a reforma da ladeira da Preguiça, construída no século XVI, contribuem para ampliar a lógica de dispersão e habitação de populações africanas no século XVIII, indo além da dimensão transatlântica e regional, alcançando as tramas locais da cidade e de seus bairros.

O confronto entre estrutura e ação permitiu enxergar a práxis circunscrita na construção de propriedades intelectuais femininas e negras no devir de seu trabalho laboral, como evidenciou o núcleo masculino de produção de conhecimento do

estaleiro da Preguiça, pertencente ao Porto antigo de Salvador e responsável pela construção de embarcações de menor calado, utilizados para o comércio com o Recôncavo Baiano.

A estrutura física da quitanda foi abordada enquanto formada por um complexo físico e cognitivo delineada pelo ordenamento de produtos no chão, em estrados ou em tabuleiros/cestos/caixas que, ao serem levadas à cabeça de mulheres negras no itinerário da cidade, inferem materialmente na memória urbana de uma cidade colonial. A quitanda é formada por vínculos sociais e políticos estabelecidos internamente entre as vendedoras e suas clientelas e abastecedores. A malha urbana traçada na borda do mar identifica a quitanda enquanto uma propriedade detentora de um capital específico – a pesca e o comércio do pescado na Preguiça – monopólio exercido por mulheres no espaço público, resistindo em muitas situações aos códigos da Câmara de Salvador.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Praia; Patrimônio Imaterial.

Keywords: Historical Archeology; Beach; Intangible Heritage.

Palabras clave: Arqueología Histórica; Playa; Patrimonio Inmaterial.